RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 06 de Novembro de 2026

# Pivetta minimiza adiamento de empréstimo de R$ 1,5 bilhão e diz que "a pressa é dos deputados"

**Empréstimo bilionário**

Redação do rufandobombonews

O governador Otaviano Pivetta afirmou que não vê problemas no adiamento da votação do projeto que autoriza o Governo de Mato Grosso a contratar um empréstimo de R$ 1,5 bilhão junto à Caixa Econômica Federal. Segundo ele, o Executivo já cumpriu sua parte ao encaminhar a proposta à Assembleia Legislativa e agora cabe aos deputados decidir o ritmo da tramitação.

"A pressa é dos deputados. Eu encaminhei o projeto para a Assembleia. Nós estamos, em parceria com a Caixa Econômica, financiando cerca de 1.500 casas por mês, e o subsídio do Estado está sendo destinado para essa finalidade. Então, os deputados vão discutir, aprovar ou não. Isso depende deles. Eu respeito o prazo, o tempo da Assembleia Legislativa", afirmou.

A tramitação foi interrompida após pedido de vista dos deputados Lúdio Cabral (PT) e Valdir Barranco (PT), que solicitaram mais tempo para analisar o projeto. Entre os questionamentos levantados está a taxa de juros

da operação e a destinação dos recursos.

Pivetta rebateu as críticas e explicou que a linha de crédito da Caixa é exclusiva para obras de infraestrutura e saneamento, por oferecer prazos mais longos e juros mais baixos.

"É a mesma taxa que nós conseguimos obter nas aplicações financeiras que fazemos. Justamente por isso estamos tomando esse financiamento. Não existe linha de crédito para o Estado fazer casas. A linha disponível é para infraestrutura", explicou.

De acordo com o governador, a estratégia do governo é utilizar os recursos do financiamento para manter os investimentos em infraestrutura, enquanto verbas do FETAB serão direcionadas para subsidiar programas habitacionais.

"Tomamos o financiamento para infraestrutura e, com o dinheiro do FETAB, vamos subsidiar as casas e ajudar as pessoas a comprarem sua moradia", concluiu.

O pedido de vista adiou a votação do projeto justamente na semana em que o governo pretendia obter a autorização legislativa antes do início das restrições do período eleitoral.